

Oposição pede CPI para investigar Fonte Nova

Bancada da minoria vai apurar contrato entre o governo do estado e o consórcio da PPP

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Depois de o deputado estadual Samuel Júnior (PSC) assinar o requerimento da oposição para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Arena Fonte Nova, a bancada da minoria protocolou, ontem, um pedido de abertura do colegiado na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). A ala precisava de apenas uma assinatura a fim de alcançar as 21 mínimas necessárias para solicitar a abertura da CPI. "Sou plenamente favorável a qualquer tipo de processo investigatório, seja pela Polícia Federal, Judiciário ou pelos pares do Parlamento, mas é necessário haver bom senso e responsabilidade para que não haja julgamentos sumários, sem o devido exame das provas. Eu mesmo fui crucificado publicamente de forma preliminar por aparentemente ter 'tentado barrar' a instalação da CPI, quando em nenhum momento me opus a assinar a petição ou me posicionei contrário ao início das investigações. Espero que a CPI seja instaurada e caso sejam provados os ilícitos, os responsáveis sejam punidos com vigor", asseverou Samuel Júnior.

Segundo os opositoristas, a comissão, se for instalada, terá como objetivo apurar o contrato do governo do estado e o consórcio Fonte Nova Participações (FNP), que é formado pelas empreiteiras Odebrecht e OAB e foi responsável pela construção do estádio. Na semana passada, para investigar o suposto superfaturamento no contrato para erguer a Arena Fonte Nova, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão em endereços ligados aos secretários estaduais de Desenvolvimento Eco-

nômico (SDE) e da Casa Civil, Jaques Wagner (PT) e Bruno Dauster.

"Foi um passo muito importante para que a oposição possa cumprir, mais uma vez, o seu papel de fiscalizadora dos atos que estão diretamente ligados à gestão do estado. Os envolvidos terão a oportunidade de esclarecer os fatos que cercam as denúncias feitas pela Polícia Federal", ressaltou o líder da minoria, Luciano Ribeiro (DEM), ao salientar que também protocolou no Tribunal de Contas do Estado (TCE), um pedido de informação sobre o contrato do estádio Fonte Nova. Ontem, o presidente da AL-BA, Ângelo Coronel (PSD), afirmou que é contra a CPI, porque a Casa Legislativa não pode ser uma "extensão da polícia", mas prometeu ser imparcial para definir sobre a abertura da comissão.

SAMUEL JÚNIOR assinou requerimento e oposição consegue número para instalar CPI para investigar a Arena Fonte Nova. Pedido foi entregue a Ângelo Coronel



Governo quer investigar obras da Barra

Após saber que a oposição protocolou pedido de CPI para apurar o caso Fonte Nova, o líder do governo na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), Zé Neto (PT), disse, ontem, que a sua bancada, também, já começou a coletar as assinaturas para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar a obra feita pela prefeitura de Salvador na Barra. O petista afirmou que vai protocolar o pedido amanhã. "Já estamos terminando o texto. [A

oposição] pode vir quente, que estou fervendo. Eles querem fazer fato político com base em uma investigação, que já foi finalizada. É uma investigação que não tem novidade. Não tem fato novo. Estão sem fato para atingir o governo e querem criar. Mas, enfim, a gente não tem nada a temer", afirmou Zé Neto, em entrevista à Tribuna.

O deputado ameaçou, ainda, pedir a instalação de outras comissões, como sugeriu o governador Rui

Costa (PT). O chefe do Palácio de Ondina quer, além de uma CPI da Barra, outra para apurar os empréstimos consignados concedidos pela prefeitura. "Acho que deve formar CPI, por exemplo, para avaliar quem está ganhando dinheiro indevidamente com contrato de débito em conta com consignação no Município de Salvador, quem está enriquecendo com isso", afirmou o gestor estadual, na semana passada. (RDS)

Alex Lima anuncia saída do Podemos e espera dica de Rui

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O deputado estadual Alex Lima usou as redes sociais na manhã de ontem para anunciar que dará entrada no pedido de desfiliação do Podemos, ressaltando que chegou a hora de 'arejar a caminhada política'. A possibilidade já era ventilada há algumas semanas e o próprio parlamentar já havia falado sobre isso em entrevistas recentes. "Diante de inúmeras divergências políticas e ideológicas, o meu ciclo no partido chegou ao fim e com ele a necessidade de arejar a caminhada. Estamos vivendo um momento de urgência na renovação política e as mudanças devem ser encaradas como um passo adiante", disse o deputado, ressaltando que a definição do destino político, dependerá das orientações do governador Rui Costa (PT).

"O meu ingresso em outra agremiação passará pelo governador Rui Costa. Juntos, iremos avaliar as possibilidades e definir novos rumos. Em tempo, reitero que seguirei trabalhando pelos

nossos municípios e honrando os votos de confiança recebido dos baianos", finalizou na nota. Procurado pela Tribuna, Lima detalhou os motivos que o levaram a tomar a decisão. "Eu tinha algumas sugestões que dava internamente. Achava que o partido se reunia pouco, que o partido estava funcionando apenas muito no gabinete, muito engessado na figura do presidente. Fiz ao longo desses três anos e meio sugestões e não fui atendido. Acredito que só há um caminho para os insatisfeitos: se as coisas não mudam, você muda do lugar que você está", afirmou o parlamentar, que já iniciou conversas informais com aliados para escolher qual caminho deve seguir.

Questionado sobre as "inúmeras divergências políticas e ideológicas" que relata na nota, o deputado tergiversou: "Quando você muda de partido, é como uma queda de avião. Não é uma coisa isolada. Até porque, foi o meu único partido até hoje. Não é uma decisão fácil de tomar. Realmente, a relação não estava bacana. Eu vinha me posicionando de uma forma e eu via que o partido estava caminhando em outra direção".

Nomeação de Segovia seguiu rito especial, diz Itamaraty

CAMILA BOMFIM
TV GLOBO, BRASÍLIA

O Ministério das Relações Exteriores informou ontem (5) que a nomeação do ex-diretor-geral da Polícia Federal (PF), Fernando Segovia, como adido na Itália seguiu um rito especial. Geralmente, o processo de nomeação para o cargo de adido em Roma dura meses, mas foi encurtado para dois dias. Isso porque, segundo o ministério, não houve a devida consulta. Além disso, a nomeação de Segovia desrespeitou regras internas da PF, segundo as quais ele só poderia assumir como adido na Itália em 2020. Na última terça (27), Fernando Segovia foi demitido da direção-geral da PF e substituído por Rogério Galloro.

Um dia depois, na quarta (28), o presidente Michel Temer informou em entrevista que Segovia assumiria o cargo na Itália. A nomeação foi publicada no "Diário Oficial" na quinta (1º). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, as normas aplicadas a todos os adidos preveem que o nome de Segovia deveria ter sido, primeiro, informado ao Itamaraty. A pasta, então, repassaria a indicação para a embaixada

brasileira em Roma que, em seguida, consultaria o governo italiano. O país, na sequência, diria se tem alguma objeção ao nome indicado pelo Brasil.

Essa consulta (beneplácito), sigilosa, faz parte das normas diplomáticas e é exigida pela Itália, embora nem todos os países adotem a mesma regra. À TV Globo, o Itamaraty informou não ter sido comunicado pelo governo, via Casa Civil, para proceder a esses trâmites. E, por isso, a nomeação de Segovia como adido não foi assinada pelo ministro Aloysio Nunes, somente pelo presidente Michel Temer e pelo ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. A TV Globo procurou a Casa Civil e o Ministério da Segurança Pública e aguardava resposta até a última atualização desta reportagem.

COMO FICA O PROCESSO? Agora, o Itamaraty terá de inverter a sequência de consultas. Com Segovia nomeado, o Brasil irá procurar a Itália, via embaixada em Roma. Mesmo assim, isso só poderá ser feito quando a Casa Civil informar o Ministério das Relações Exteriores, o que ainda não aconteceu.

PONTO DE VISTA

Luiz Holanda

A reeleição de Temer

A troca de prioridades do governo encerrou de vez o projeto de reforma da Previdência. Agora o foco é a segurança pública, que, segundo os analistas, pode ensejar a possibilidade de o presidente tentar a reeleição. Como não há espaço para outras candidaturas no campo governista, nem alguém com capacidade para captar a simpatia do eleitorado, Temer mudou de foco: deixou a reforma da Previdência de lado e partiu para a intervenção na segurança pública, começando pelo Rio de Janeiro.

A medida foi uma decisão política. O governo se achava diante da impossibilidade de aprovar a reforma da Previdência. Com o descontrole na segurança pública e o apoio explícito do governador do Rio, Temer partiu para o tudo ou nada.

Se tiver sucesso, a medida poderá beneficiá-lo. Os demais auxiliares do presidente também pensam da mesma maneira.

O ministro Eliseu Padilha afirmou que existe a possibilidade de o presidente tentar a reeleição, pois "não tem ninguém que defenda melhor o governo Temer do que o presidente". Este tem dito que o candidato do PMDB será anunciado entre o final de maio e o começo de junho, sem esconder a possibilidade de ser ele próprio o escolhido. A depender de como evoluirá a articulação em curso, o PMDB poderá fazer uma aliança com o DEM visando as eleições de outubro, pouco importando se alguns próceres desses partidos estejam envolvidos em escândalos de corrupção.

O presidente parece es-

quecer que contra si pesam alguns indícios de culpabilidade diante das acusações que sofre. A corrupção em seu governo continua solta, protegida pelas decisões de alguns dos ministros de nossa Suprema Corte. Esse fato e sua alta rejeição deveriam servir de empecilho para uma provável candidatura à reeleição, principalmente levando-se em conta seu desgaste político e moral. Não é fácil se manter o respeito diante de tanta corrupção, mesmo oficializada e institucionalizada.

As candidaturas de Lula, Bolsonaro e do próprio Temer permitem o aparecimento de figuras exóticas, como a do Datena, da Band e a do incrível Huck, da Globo, com apoio, inclusive, de FHC, que até agora tem se livrado de investigações e que, quando fala, não diz

nada que se aproveite.

As agruras de Lula e o desempenho do candidato da direita ensejaram a apresentação dessas candidaturas folclóricas, a demonstrar o nível a que chegamos, principalmente depois do espetáculo circense entre os ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, do STF. O tucano Geraldo Alckmin até agora não conquistou, sequer, a confiança de seu partido. Lula, que tudo indica ficará fora do páreo, poderá apresentar um substituto, mesmo não petista. Marina e Ciro estacionaram. Só restou Temer, que o ministro Gilmar pretende seja inimputável.

O marqueteiro do presidente, Elsinho Mouco, não está -apesar do nome-, surdo aos anseios presidenciais. Declarou que o planalto pode usar a intervenção

no Rio para aumentar a popularidade do presidente e alavancar a sua candidatura. De acordo com ele, a intervenção é uma grande chance para o presidente aspirar a um novo mandato, haja vista a grande popularidade que a medida poderá obter. O argumento é que, apesar da crise, parte considerável da população acredita que o Brasil está mudando, e que, a despeito de tudo, o otimismo em relação ao futuro tende a melhorar.

A redução da inflação, da taxa de juros e do desemprego (mesmo que de forma tímida) estariam mudando o estado de espírito dos brasileiros, segundo o governo, de modo que a intervenção poderá aumentar a confiança em um futuro melhor. Muita gente vem defendendo a presença militar no Rio e em outros estados como uma forma de evitar o caos na segurança. O golpe de 1964 começou

com esse discurso. Os militares atenderam ao apelo, tomaram o poder e o devolveram 30 (trinta) anos depois para os mesmos políticos que haviam defenestrados.

Estes, como vingança, institucionalizaram, paulatinamente, a corrupção em todos os órgãos e poderes da República, assaltando, impunemente, bilhões dos cofres públicos, com expressa garantia de alguns dos ministros de nossa Suprema Corte. Alguns dos corruptos têm o desprazer de manifestar, publicamente, suas preferências pelos ministros que devem julgá-los. Paulo Preto, por exemplo, teria se manifestado por Gilmar Gilmar Mendes para relatar o seu habeas corpus. Diante desse descabro, não se pode criticar Michel Temer por pleitear a reeleição.

*Luiz Holanda é advogado e professor universitário